

## **TENDÊNCIAS DO ACESSO À EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL: PERCURSOS DISSONANTES NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

### ***TENDENCIAS DEL ACESO A LA EDUCACIÓN INTEGRAL EN BRASIL: TRAJECTORIAS DISONANTES EN LA EDUCACIÓN BÁSICA***

### ***ACCESS TO FULL-TIME EDUCATION TRENDS IN BRAZIL: DISSONANT COURSES IN BASIC EDUCATION***

Sabrina MOEHLECKE<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nos últimos anos, as experiências de educação integral têm ganhado abrangência nacional, inserindo-se na agenda das políticas educacionais, especialmente com o novo Plano Nacional da Educação de 2014. À primeira vista, tais orientações parecem indicar uma ampliação do direito à educação, na medida em que se estende a jornada escolar, inclusive para o ensino médio. Contudo, é necessário analisar esse processo mais detidamente. Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo identificar a evolução do acesso ao tempo integral nas três etapas da educação básica, de modo a observar as tendências de expansão ou não das oportunidades educacionais. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e a análise estatística descritiva, a partir dos censos escolares, no período de 2010 a 2017. Como resultado, observou-se uma ampliação em todas as etapas, mas com trajetórias bem distintas, particularmente no ensino médio.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação integral. Tempo integral. Educação básica. Oportunidades educacionais. Direito à educação.

**RESUMEN:** En los últimos años, las experiencias de educación integral han ganado amplitud nacional, insertándose en la agenda de las políticas educativas, especialmente con el nuevo Plan Nacional de Educación de 2014. A primera vista, tales orientaciones parecen indicar una expansión del derecho a la educación, en la medida en que se extiende la jornada escolar, incluso para la enseñanza secundaria. Sin embargo, este proceso necesita de una análise más atenta. Así, este trabajo tiene como finalidad identificar la evolución del acceso a lo tiempo integral en las tres etapas de la educación básica, a fin de observar las tendencias de expansión de las oportunidades educativas. La metodología empleada fue una revisión bibliográfica y una análisis estadístico descriptivo, por medio de los censos escolares, en el período de 2010-2017. Como resultado, se ha observado una ampliación del tiempo integral en todas las etapas, pero con trayectorias bien distintas, especialmente en la enseñanza secundaria.

**PALABRAS CLAVE:** Educación integral. Tiempo integral. Educación básica. Oportunidades educativas. Derecho a la educación.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora Associada, Departamento de Administração da Educação. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0003-4558-0865>>. E-mail: [sabrina.moehlecke@gmail.com](mailto:sabrina.moehlecke@gmail.com)

**ABSTRACT:** *In recent years, full-time education experiences have reached national scope, gaining space in educational policies agendas, especially with the new Educational National Plano of 2014. At first sight, these orientations seems to indicate an increase in the right to education, as scholar time is extended, even in high school level. Nevertheless, this process needs to be analyzed more carefully. In this regard, this work aims to identify how access to full-time education has increased in the three basic education levels, in order to observe the development patterns for educational opportunities. The methodology used consisted in bibliographical review and descriptive statistical analyses, based on school census, in the period from 2010 to 2017. As a result, it was observed an increase in full-time education in all levels of education, however with very different paths, particularly in high school level.*

**KEYWORDS:** *Full-time education. Enlarged time. Basic Education. Educational oportunities. Right to education.*

## Introdução

As experiências de educação integral no Brasil não são recentes. Os primeiros modelos desse formato de escola remetem ao início do século passado (CAVALIERE, 2010; COELHO, 2013). Contudo, nas duas últimas décadas essa proposta tem ganhado abrangência nacional, inserindo-se na agenda das políticas educacionais.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei no. 9394/96), estabelece-se a perspectiva de ampliação progressiva do tempo integral nas escolas de ensino fundamental. No Plano Nacional da Educação de 2001 (Lei no. 10.721/01), essa possibilidade se estende à educação infantil. Apesar da importância de ambas as leis, as experiências de educação integral e/ou de ampliação da jornada escolar ainda eram difusas e limitadas, principalmente devido à ausência de uma vinculação mais substantiva de recursos para tais objetivos.

Em 2007, essa situação se altera. Com a aprovação da lei que institui o Fundo Nacional para a Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB - Lei no. 11.494/07), passa-se a destinar um acréscimo de recursos aos estados e municípios que tenham alunos em tempo integral nas escolas, agora estendido a toda educação básica, inclusive ao ensino médio. No mesmo ano, também é lançado pelo governo federal o Plano Desenvolvimento da Educação (PDE), dentro do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, ao qual estão associados diversos programas, dentre os quais se ressalta o Programa Mais Educação (PME) e o Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI).

Mais recentemente, com a aprovação do novo Plano Nacional da Educação (Lei no. 13.005/14), a educação integral se consolida ainda mais nos marcos normativos, constituindo-se em uma das vinte metas estabelecidas para os próximos dez anos na educação no país.

Estabelece-se, na meta 6, oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica. Ressalta-se aqui a reafirmação, como já havia sido feito no FUNDEB, da extensão da jornada escolar inclusive ao ensino médio, etapa da educação básica que tradicionalmente no Brasil não fazia parte das experiências de educação integral.

Por fim, é necessário observar que tal orientação de ampliação da jornada escolar de modo a incluir o ensino médio também se faz presente na nova e polêmica Reforma do Ensino Médio, estabelecida inicialmente por meio de medida provisória, em 2016, e depois aprovada em lei no início de 2017 (Lei no. 13.415/17). Nela altera-se, além do currículo e da organização dessa etapa da educação básica, a carga horária do ensino médio, com o indicativo de uma ampliação progressiva de pelo menos mil horas anuais nos próximos cinco anos e depois de mil e quatrocentas horas anuais.

A construção de todo esse arcabouço legal em torno da educação integral, além dos programas criados, parece indicar avanços em termos da ampliação do direito à educação, na medida em que se estende a jornada escolar, inclusive para o ensino médio. Contudo, é necessário analisar esse processo com mais cuidado.

Inicialmente, é preciso considerar o que se entende por educação integral. Conceito polissêmico desde sua origem, pode-se afirmar que as experiências em curso no Brasil convivem com distintas concepções do que seja educação integral, que não pode ser reduzida à mera ampliação do tempo escolar. No entanto, nas diferentes correntes do pensamento educacional acerca da educação integral, há uma compreensão de que a ação educativa não se reduz à formação meramente intelectual e cognitiva, mas envolve o desenvolvimento de dimensões mais abrangentes dos indivíduos, como a cultural, ética, corporal, política, estética, lúdica, entre outras. (COELHO, 2009; LECLERC, MOLL, 2012)

Por outro lado, atualmente questiona-se até que ponto alguns novos sentidos atribuídos às experiências de educação integral não têm restringido o direito de todos a uma educação de qualidade, ao invés do contrário. A principal preocupação se refere à uma educação indiferenciada em termos de seu currículo, significando apenas “mais do mesmo”, ou seja, mais tempo de escolarização, com ênfase em atividades de reforço escolar. (CAVALIERE, 2009; 2014; COELHO, 2009; 2013)

Nas últimas décadas, a defesa de uma escola pública de tempo integral tem sido justificada tanto como uma estratégia para aumentar a *qualidade* na educação, compreendida como possibilidade de melhoria da aprendizagem, quanto para a *equidade*, pelo pressuposto de que poderia atuar na diminuição dos efeitos das desigualdades sociais sobre as desigualdades

educacionais. Contudo, sua abrangência tem sido por vezes reduzida apenas àqueles mais necessitados, dentro de uma política compensatória, que passa a privilegiar o aluno em tempo integral, com atividades que não são mais para todos dentro da escola, mas apenas para alguns, fazendo com que esta deixa de ser o espaço privilegiado e diferenciado dessa ação pedagógica. (CAVALIERE, 2014; SCHIMONEK, 2017).

Apesar da ampliação da jornada escolar não definir a essência do que seja a educação integral, ela tem sido considerada como um elemento relevante para sua viabilização (CAVALIERE, 2014). Além disso, o tempo de permanência na escola e/ou espaços educativos tem sido uma dimensão presente em toda a legislação referente à educação integral, possivelmente por ser mais facilmente mensurável, especialmente em termos nacionais.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo identificar a evolução do acesso ao tempo integral nas três etapas da educação básica e, mais detalhadamente, no ensino médio, de modo a observar as tendências de expansão ou não dessas oportunidades educacionais no Brasil. Como metodologia, foi utilizada a análise de dados, a partir de uma estatística descritiva, tomando como fonte as informações disponibilizadas nos censos escolares, no período de 2010 a 2017.

Primeiramente, são apresentados os dados referentes à educação infantil e ao ensino fundamental regulares, com uma síntese das tendências da matrícula em tempo integral nessas etapas. Em seguida, aprofunda-se um pouco mais esse levantamento no caso do ensino médio, especialmente considerando as orientações da nova reforma do ensino médio, que tem como horizonte a ampliação do tempo integral a todas as escolas dessa etapa de ensino.

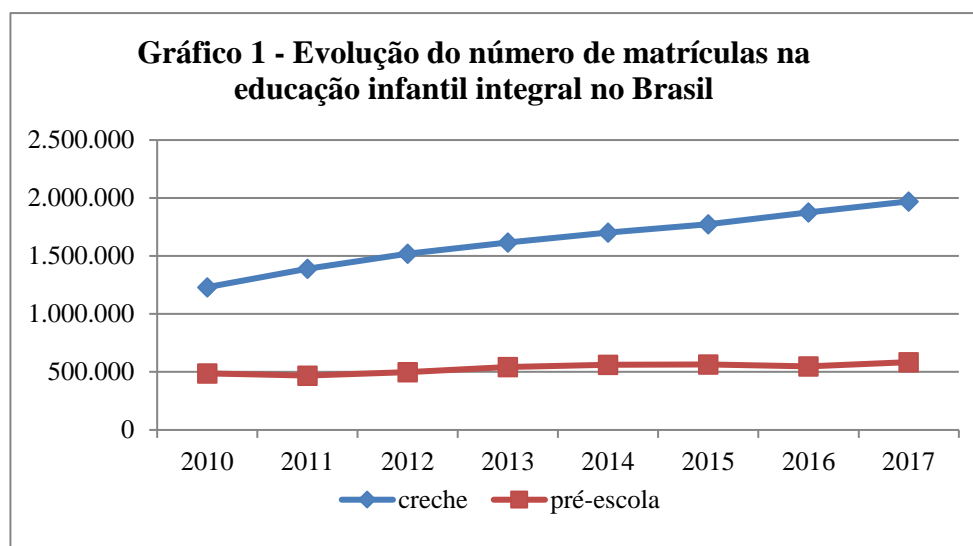
### **O tempo integral na educação básica: processo de expansão e desafios atuais**

A educação integral, dentro das suas várias dimensões e concepções, entrou na agenda das políticas educacionais nas duas últimas décadas no Brasil, com programas de amplitude nacional. Contudo, o levantamento de dados estatísticos sobre o assunto ainda é razoavelmente limitado e muitas vezes restrito à dimensão temporal da educação integral. Ainda assim, é possível observar as tendências de seu processo de expansão, nas diferentes etapas da educação básica regular no país, de modo a aprofundar um pouco mais as questões que cercam o tema e seus possíveis desdobramentos nos próximos anos.

Dessa forma, para acompanhar a evolução do tempo integral ao longo dos anos, foram utilizados os dados estatísticos disponíveis nos censos escolares realizados anualmente pelo INEP/MEC, do período que vai desde 2010, ano em que as informações relativas ao tempo

integral começam a ser levantadas, até o ano de 2017. Os dados se referem ao número de matrículas e de estabelecimentos que trabalham com o tempo integral, compreendido como um período de sete horas ou mais na escola ou em outros espaços educativos. Primeiramente, são apresentadas as tendências das matrículas na educação infantil e no ensino fundamental regulares. Em seguida, aprofunda-se esse levantamento no ensino médio, de modo a identificar sua situação atual e possíveis desafios.

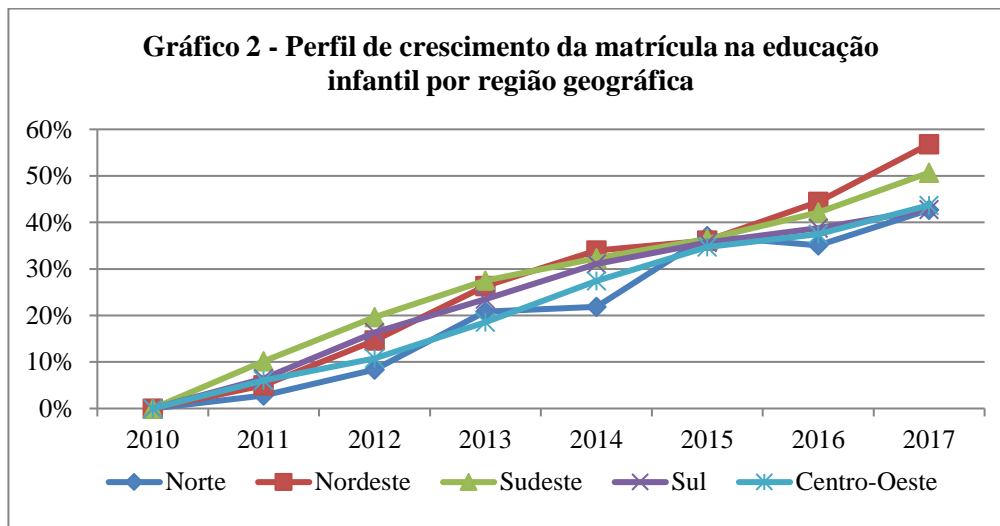
Na educação infantil, já existia, em 2010, uma maior presença do tempo integral nas escolas do que nos demais níveis de ensino, mas isto ocorria principalmente nas creches. Em termos absolutos, em 2010, havia 1,719 milhões de crianças matriculadas na educação integral, correspondendo a 25% do total de matrículas na educação infantil. Contudo, nas creches esse percentual subia para 60% e na pré-escola caía para apenas 10% com matrículas em tempo integral. Ao longo dos anos, houve uma expansão desse tipo de matrícula, que em 2017 abrangia 2,556 milhões de estudantes matriculados em tempo integral na educação infantil, o que corresponde a 30% do total de matriculados nessa etapa de ensino. No entanto, o gráfico a seguir retrata nitidamente que esse crescimento se concentrou basicamente nas creches, com uma ampliação bem menor no caso das pré-escolas, pouco alterando a proporção da educação integral dentro da educação infantil.



Fonte: Organizado pela própria autora

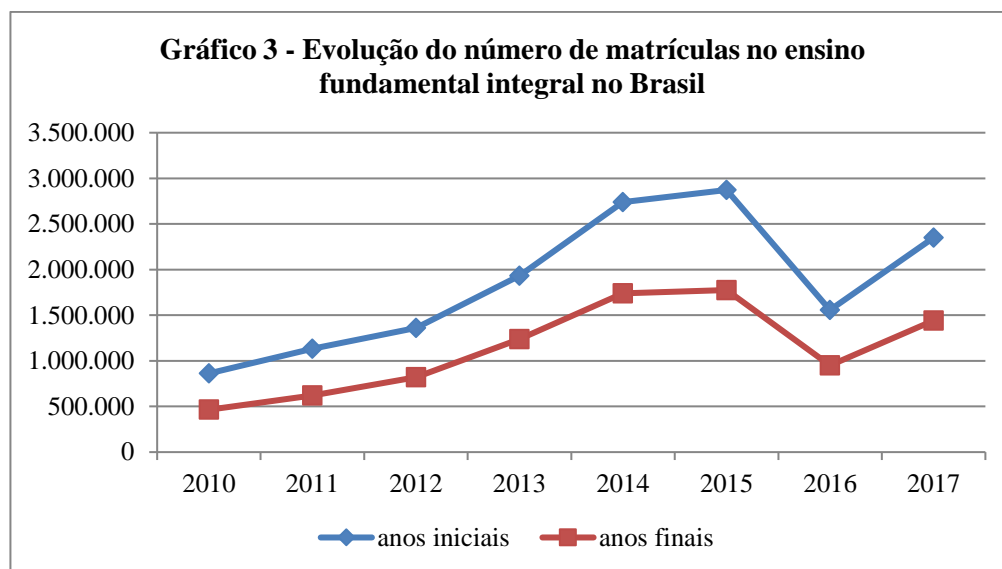
Em termos de sua distribuição regional, a tendência de crescimento da matrícula na educação integral não apresenta grandes variações nas distintas regiões do país, apesar de sua ampliação ser levemente maior no sudeste e nordeste e mais oscilante na região norte. Ressalta-se, contudo, a contenção no ritmo de expansão dessas matrículas de 2014 para 2015, em todas

as regiões, mas que voltam a crescer em 2016 e 2017, com especial destaque para a região nordeste (gráfico 2).



Fonte: Organizado pela própria autora

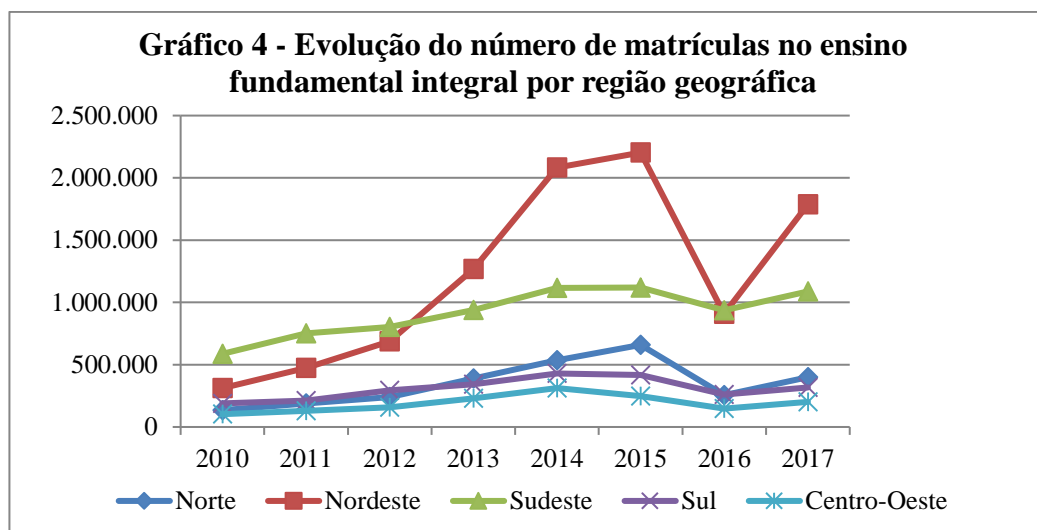
O ensino fundamental em tempo integral apresenta um comportamento muito diferente daquele observado na educação infantil em tempo integral. Primeiramente, as matrículas na educação integral em 2010 eram consideravelmente menores no ensino fundamental, mesmo em termos absolutos: tínhamos 1,327 milhões de estudantes na educação integral, o que correspondia a apenas 4% do total de matrículas. Há também uma maior presença da educação integral nos anos iniciais, tendência que permanece ao longo do período pesquisado. Apesar disso, a evolução das matrículas segue uma trajetória semelhante nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, com exceção de 2013 a 2014, quando há um crescimento maior das matrículas em tempo integral nos anos iniciais, como se observa no gráfico 3.



Fonte: Organizado pela própria autora

De um modo geral, há um crescimento contínuo nas matrículas em tempo integral no ensino fundamental até 2014, seguido de uma estagnação em 2015, até uma queda vertiginosa em 2016, período em que o Programa Mais Educação foi extinto. Em 2017, há uma retomada na ampliação das matrículas, mas retrocedemos a um patamar abaixo daquele que já havia sido alcançado em 2014. Se, por um lado, no conjunto do período considerado, as matrículas no ensino fundamental integral passaram de 4% do total, em 2010, para 14%, em 2017, com um crescimento de 185%, por outro lado, em termos absolutos, em 2015 tínhamos 4,648 milhões de matrículas no ensino fundamental integral e, em 2017, esse número caiu para 3,793 milhões de matrículas.

Ao se observar seu desenvolvimento ao longo dos anos de acordo com as distintas regiões do país, percebe-se um enorme crescimento concentrado na região nordeste, especialmente de 2012 a 2014, quando o número de matrículas nessa região, em termos absolutos e percentuais, supera inclusive o da região sudeste (gráfico 4). Entretanto, a região nordeste também foi a que sofreu uma maior queda das matrículas em 2016, provavelmente devido à já mencionada extinção do Programa Mais Educação neste ano.



Fonte: Organizado pela própria autora

Do conjunto de dados apresentados, observa-se uma maior ampliação das matrículas em tempo integral no ensino fundamental, que cresceu 186% no período de 2010 a 2017, comparado a um crescimento de 49% na educação infantil. Vale ressaltar, ainda, a concentração desse processo na região nordeste, com uma ampliação de 473% das matrículas no ensino fundamental integral no mesmo período. Na tabela a seguir, são indicados os percentuais de matrículas na educação integral, em 2010 e 2017, para a educação infantil e o ensino fundamental.

**Tabela 1 - Percentual de matrículas na educação integral**

Região Geográfica/ Etapa de ensino	Educação Infantil		Ensino Fundamental	
	2010	2017	2010	2017
Brasil	25%	30%	4%	14%
Norte	6%	7%	4%	13%
Nordeste	9%	13%	3%	22%
Sudeste	33%	38%	5%	11%
Sul	51%	50%	5%	9%
Centro-Oeste	28%	29%	5%	10%

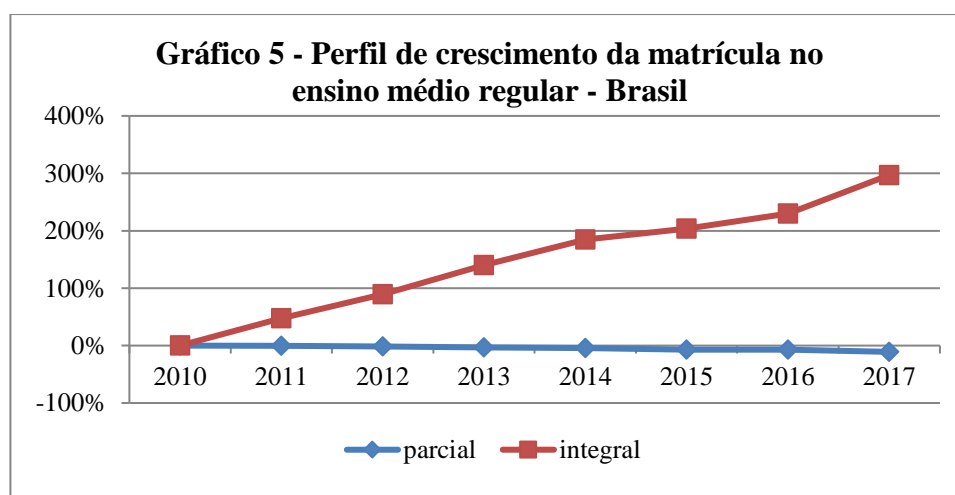
Fonte: Organizado pela própria autora

Percebe-se também aqui um crescimento que se concentra principalmente no ensino fundamental e na região nordeste, mas se formos considerar as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação de 2014, ainda é preciso um esforço considerável para que se alcance aquilo definido nesta lei nos próximos sete anos. Vale ressaltar, por fim, as diferenças nesses percentuais em cada etapa de ensino e, ainda, dentro destes. Nesse sentido, são apresentados a seguir, com maiores detalhes, os dados relativos ao ensino médio regular que, além da demanda



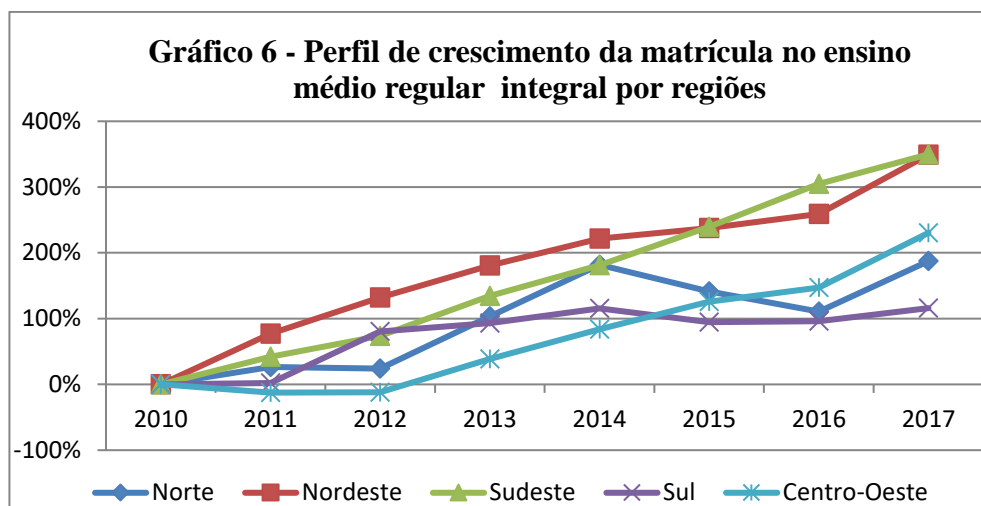
por ampliação do tempo na escola do Plano Nacional de Educação, também está submetido à atual reforma do ensino médio, que estabelece a universalização do tempo integral nessa etapa de ensino.

Ao se observar a tendência das matrículas no ensino médio regular de tempo parcial e integral, o contraste entre elas é nítido (gráfico 5). Se no caso do ensino médio de tempo parcial a evolução das matrículas no período estudado segue o cenário já largamente identificado de estagnação e, inclusive, de diminuição do número absoluto de estudantes matriculados nessa etapa, a situação se inverte no ensino médio de tempo integral, onde se observa um crescimento de 297% de 2010 a 2017, comparado a um crescimento negativo de 11% no tempo parcial.



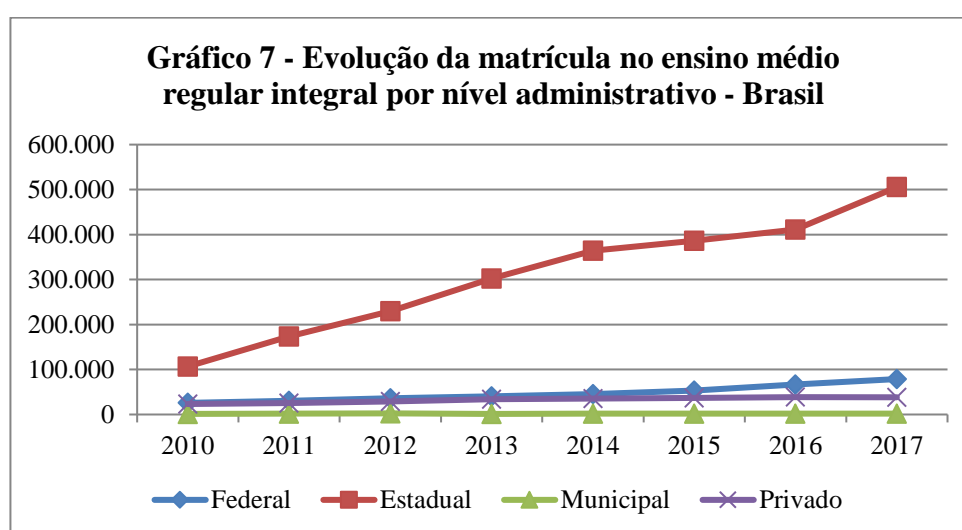
Fonte: Organizado pela própria autora

Tal tendência de expansão das matrículas em tempo integral se mantém nas diferentes regiões do país no período estudado, ainda que com um avanço mais intenso nas regiões nordeste e sudeste e um retrocesso na região centro-oeste nos primeiros anos (gráfico 6). Vale ressaltar, ainda, uma oscilação nesse crescimento em 2015 e 2016, em todas as regiões com exceção da sudeste e a retomada dessa ampliação após 2016.



Fonte: Organizado pela própria autora

Ao se observar a distribuição dessas matrículas por nível administrativo, é marcante a presença da rede estadual, que respondia por 68% do total das matrículas em tempo integral, em 2010, e, em 2017, chegou a 81%. Há um crescimento dessas matrículas em todos os níveis administrativos, mas aqui também, no caso da rede estadual, ela se ampliou 374% no período, maior inclusive que a expansão da rede federal, que expandiu as matrículas em tempo integral em 204% (gráfico 7). Um caso curioso é a rede privada que, apesar de ter ampliado suas matrículas de 2010 a 2017, diminuiu sua presença em termos proporcionais, sendo responsável por apenas 6% das matrículas no ensino médio regular integral em 2017, quando em 2010 tinha 15% desse segmento.



Fonte: Organizado pela própria autora

A tabela a seguir traz uma síntese do percentual de estudantes matriculados no ensino médio regular integral, indicando que saímos de menos de 2%, em 2010, para 8%, em 2017, com um crescimento constante ao longo desse período (tabela 2). Ressalta-se também a presença do tempo integral em 14% das matrículas na região nordeste, percentual consideravelmente maior do que nas demais regiões.

**Tabela 2** - Percentual das matrículas no ensino médio regular integral – Brasil

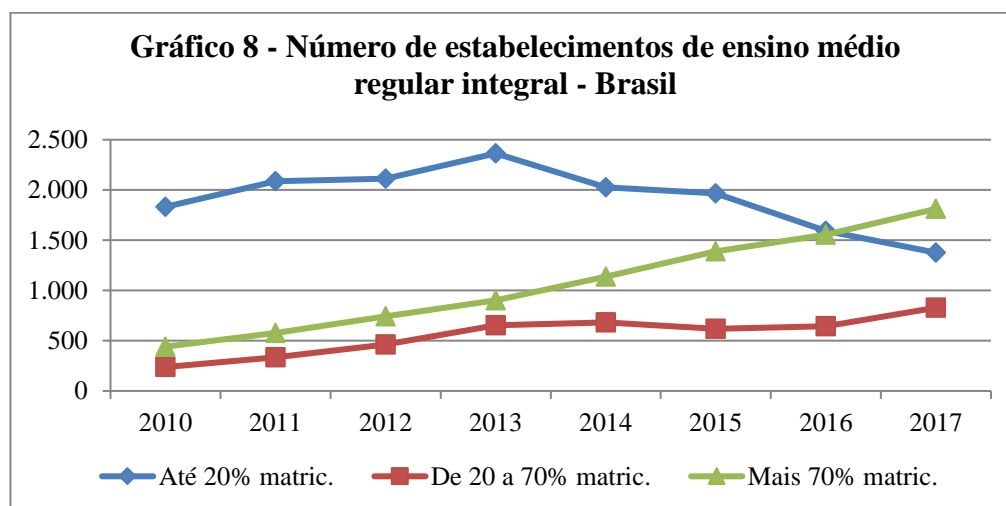
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	2%	3%	4%	5%	5%	6%	6%	8%
Norte	2%	3%	3%	4%	6%	5%	4%	6%
Nordeste	3%	5%	7%	8%	10%	10%	11%	14%
Sudeste	1%	2%	2%	3%	4%	4%	5%	6%
Sul	2%	2%	3%	3%	4%	3%	4%	4%
Centro-Oeste	2%	1%	1%	2%	3%	4%	4%	6%

Fonte: Organizado pela própria autora

No caso do ensino médio, observou-se ainda a evolução dos estabelecimentos de ensino médio integral, que são contabilizados nas estatísticas do censo escolar de acordo com o percentual de estudantes matriculados em tempo integral de cada escola. Para efeito desse trabalho, as escolas de tempo integral foram agrupadas em três situações: 1<sup>a</sup>.) aquelas que possuem até 20% de estudantes matriculados em tempo integral; 2<sup>a</sup>.) que possuem mais de 20% até 70% de estudantes matriculados em tempo integral; 3<sup>a</sup>.) possuem mais de 70% estudantes em tempo integral. Parte-se do pressuposto de que as escolas na 3<sup>a</sup>. situação podem ser consideradas como efetivamente escolas de tempo integral. Já nas escolas da 1<sup>a</sup>. situação, não é possível falar em escola de tempo integral e sim em estudante de tempo integral, pois a escola como um todo não vivencia o tempo integral. Na 2<sup>a</sup>. situação, compreende-se que pode haver um processo de transição, da 1<sup>a</sup>. para a 3<sup>a</sup>. situação, com uma introdução gradativa do tempo integral na escola.

Dentro desse quadro, quando se observa a evolução dos estabelecimentos de ensino médio integral, um fenômeno muito interessante se inicia a partir do ano de 2013 (gráfico 8). O número de escolas com até 20% de estudantes matriculados em tempo integral começa a diminuir e as escolas com mais de 70% continua a crescer, sendo que o número daquelas com 20% a 70% das matrículas em tempo integral permanece praticamente o mesmo até 2016. Neste ano, outro fenômeno curioso ocorre. Se, em 2010, a grande maioria dos estabelecimentos de tempo integral eram aqueles com até 20% das matrículas, após 2016 essa situação se inverte,

predominando os estabelecimentos com mais de 70% das matrículas em tempo integral. Há também uma tendência de crescimento dos estabelecimentos com 20% a 70% de matrículas em tempo integral, mas em número ainda menor do que nos demais.



Fonte: Organizado pela própria autora

Por fim, a tabela seguinte apresenta, de forma sintética, a situação da matrícula em tempo integral para as várias etapas da educação básica, para o ano de 2017 (tabela 3). De acordo com os últimos dados disponíveis, observa-se que a educação básica de tempo integral é responsável hoje por 16% do total de matrículas em todas as suas etapas e considerando-se o conjunto dos diferentes níveis administrativos, inclusive privados. Contudo, essa média da educação básica encobre percentuais bem distintos das distintas etapas e, inclusive, dentro destas. Na educação infantil, por exemplo, já se tem 30% das matrículas em tempo integral, o que poderia levar à conclusão de que sua meta no PNE estaria atingida. No entanto, dentro da educação infantil, há uma predominância das matrículas de tempo integral em 64% nas creches, mas apenas 11% na pré-escola. No ensino fundamental, há uma diferença entre os anos iniciais e finais, mas bem menor. Já no ensino médio, o distanciamento aumenta novamente, quando comparamos os 16% do total da educação básica com apenas 8% na etapa do ensino médio.

**Tabela 3 – Matrículas em tempo integral nas etapas da educação básica -2017**

Educação infantil			Ensino fundamental			Ensino médio	Educação básica
creche	pré-escola	total	anos iniciais	anos finais	total	total	total
64%	11%	30%	15%	12%	14%	8%	16%

Fonte: Organizado pela própria autora

## Considerações finais

Ao longo das duas últimas décadas, se observou a consolidação da educação integral e/ou ampliação da jornada escolar na legislação brasileira e na orientação de políticas educacionais, garantindo-se inclusive aportes financeiros para viabilizar tais experiências, abrangendo as várias etapas da educação básica.

Ao se analisar as tendências da expansão do acesso ao tempo integral no país, compreendido como uma dimensão relevante, ainda que não exclusiva, da educação integral, o que se identificou nesse estudo foi um crescimento ao longo do período de 2010 a 2017, para todas as etapas da educação básica, mas com trajetórias bem dissonantes entre elas.

A matrícula de tempo integral na educação básica no Brasil, por exemplo, era 16% do total em 2017, mas na educação infantil esse percentual sobre para 30%, já acima da meta de 25% estabelecida no PNE/2014, mesmo considerando que esta se refere apenas à rede pública. No entanto, se olharmos dentro da educação infantil, veremos que as creches é que são responsáveis pela maior parte das matrículas de tempo integral, com um total de 60%, comparados a apenas 11% na pré-escola.

No caso do ensino fundamental, há uma diferença nesse percentual entre os anos iniciais e finais, mas bem menor do que na educação infantil. O que se destaca mais no ensino fundamental são as desigualdades regionais, com um percentual bem maior de matrículas no Nordeste do que nas demais regiões (tabela 1), correspondendo a um total de 22% do total em 2017, além de uma taxa de crescimento no período estudado de 473%. Considerando-se que essa região apresenta baixos indicadores socioeconômicos e educacionais, se comparado às demais do país, esse resultado pode ser interpretado, a princípio, como um indicador positivo, ao menos se concordarmos com o pressuposto de que o tempo integral pode proporcionar uma maior equidade nas oportunidades educacionais. Por outro lado, essa foi a região mais afetada por uma drástica queda nas matrículas de tempo integral em 2016, possivelmente por influência, dentre outros fatores, da extinção do Programa Mais Educação nesse ano.

Outro dado curioso são as diferenças entre as regiões sul e nordeste em termos das etapas da educação básica mais valorizadas. Se na região sul a educação infantil é a etapa mais contemplada com o tempo integral, seja em termos percentuais ou absolutos, na região nordeste são as etapas de ensino fundamental e ensino médio aquelas onde o tempo integral está mais presente. O que há por trás desses distintos enfoques? Existiriam, em cada uma dessas regiões, diferentes concepções e experiências de educação integral, que poderiam ajudar a explicar um acesso tão diverso ao tempo integral em cada etapa da educação básica?

Percebe-se, pelos resultados obtidos por esse estudo, que se fazem necessários tanto um acompanhamento específico de cada etapa da educação básica, ainda que isto não esteja previsto no PNE de 2014, quanto um aprofundamento das distintas tendências do acesso ao tempo integral nas diversas regiões do país, particularmente na região nordeste.

Por fim, cabe ressaltar a situação do ensino médio de tempo integral. Há mais de uma década vivemos no Brasil o que tem sido denominado de uma “crise do ensino médio”. Observou-se ao longo dos anos estudados uma queda e estagnação das matrículas nessa etapa de ensino. No entanto, no ensino médio de tempo integral as matrículas têm crescido continuamente e significativamente, indicando um cenário muito distinto daquele vivido pelo ensino médio de tempo parcial.

As matrículas em tempo integral no ensino médio cresceram 297% no período analisado, taxa maior do que a educação infantil (49%) e o ensino fundamental (185%). Essas matrículas representavam, em 2017, 8% do total no Brasil e 14% na região nordeste. Outro dado relevante é a concentração dessas matrículas na rede pública, com 94% do total, sendo esta majoritariamente da rede estadual, que passou de 68%, em 2010, para 81%, em 2017. Vale ainda ressaltar a diminuição da presença da rede privada no ensino médio de tempo integral, em termos percentuais: em 2010, era responsável por 15% desse segmento e, em 2017, caiu para apenas 6% do total de matrículas em tempo integral. Teriam os estudantes da rede privada se transferido para as escolas da rede estadual? Quem são os jovens que procuram hoje as escolas de ensino médio integral e o que tem atraído seu interesse por essas escolas, majoritariamente públicas e não profissionalizantes? Visto o modo como se reverteu a tendência de crescimento negativo da matrícula, característica do ensino médio parcial já há mais de uma década, se faz relevante aprofundar os estudos sobre a educação integral e/ou ampliação da jornada escolar nessa etapa da educação básica de modo a encontrar quais fatores têm levado a essa mudança de atitude dos jovens.

Um último aspecto a ser mencionado é a tendência observada no perfil dos estabelecimentos de tempo integral no ensino médio, particularmente a diminuição das escolas com menos de 20% de matriculados em tempo integral e o aumento daquelas com mais de 70%. Dentro do debate acerca dos desenhos dos programas de educação integral no Brasil, que têm privilegiado mais o estudante em tempo integral do que a escola de tempo integral, esse parece ser um resultado muito positivo, indicando que talvez no ensino médio essa tendência tenha mudado, predominando nessa etapa um projeto de educação integral abrangendo a escola como um todo e não mais apenas um pequeno número de estudantes dentro desta.

De todo modo, o conjunto de resultados obtidos nesse trabalho indica a importância de se aprofundar os estudos nessa área, em todas as etapas da educação básica e particularmente no ensino médio, de modo a dar continuidade e profundidade aos indícios e questões que essa primeira análise mais geral de suas tendências permitiu desvelar.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, **Diário Oficial**. 1996.
- BRASIL. Lei n.º 10.172 de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação (2001-2010). Brasília/DF, **Diário Oficial**. 2001.
- BRASIL. Lei n.º 11.494 de 2007. Regulamenta o FUNDEB. Brasília/DF, **Diário Oficial**. 2007.
- BRASIL. Lei n.º 13.005 de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (2014-2024). Brasília/DF, **Diário Oficial**. 2014.
- BRASIL. Lei n.º Lei no. 13.415 de 2017. Aprova a Reforma do Ensino Médio. Brasília/DF, **Diário Oficial**. 2017.
- CAVALIERE, A. M. V. Escola de tempo integral versus aluno de tempo integral. **Em Aberto**, Brasília, vol.22, n.80, p.51-63, abr.2009.
- CAVALIERE, A. M. V. Anísio Teixeira e a educação integral. Ribeirão Preto, **Paidéia**. v. 20, n. 46, p.249-259, maio-ago. 2010.
- CAVALIERE, A. M. V. Escola pública de tempo integral no Brasil: filantropia ou política de Estado? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n.º. 129, p. 1205-1222, out.-dez. 2014.
- COELHO, L. M. C. (Org.). **Educação integral: história, políticas e práticas**, Rio de Janeiro: Rovelte, Faperj, 2013.
- COELHO, L. M. C. História(s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p.83-96, abr. 2009.
- LECLERC, G. F. E.; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da Educação Integral em tempo integral. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 45, p. 91-110, jul-set. 2012.
- SCHIMONEK, Elisangela Maria P. **Programas governamentais para a educação em tempo integral no Brasil e Portugal: implicações sobre as desigualdades educacionais**. 2017. 443p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas/SP. 2017.

**Como referenciar:**

MOEHLECKE, Sabrina. Tendências do acesso à educação integral no Brasil: percursos dissonantes na educação básica. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1297-1312, dez., 2018 ISSN: 1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.v22iesp3.12013

**Submetido em:** 10/10/2018

**Aprovado em:** 16/11/2018